

**HABEAS CORPUS Nº 487.928 - SP (2019/0000534-9)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : JELSON DE OLIVEIRA SILVA**  
**ADVOGADO : JELSON DE OLIVEIRA SILVA - SP356411**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DEISE MARIA DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **DEISE MARIA DA SILVA** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante pleiteia a revogação da prisão preventiva da paciente, por inidoneidade do decreto prisional.

**É o relatório.**

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu esta impetração, pois, conforme informações colhidas no sítio do Tribunal de origem, a paciente foi condenada à pena de 5 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, no regime fechado, pela prática de roubo majorado, vedado-lhe o direito de recorrer em liberdade, nos seguintes termos:

"Não faculto à ré a oportunidade de recorrer em liberdade, principalmente pela gravidade do delito e pela necessidade de se assegurar a futura aplicação da lei penal e a ordem pública, tendo ela respondido presa até o momento e sem que tenha sobrevivido qualquer circunstância que justifique a reavaliação da custódia cautelar. Recomende-se".

De acordo com o entendimento da Quinta Turma desta Corte, "a superveniência de sentença de pronúncia ou condenatória não constituirá 'título novo', de modo a prejudicar o conhecimento do *habeas corpus*, se a ela nenhum fundamento novo for acrescentado" (HC 288.176/SP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO, julgado em 25/11/2014).

No caso, o decreto prisional sofreu inovação, tornando-se novo título ao agregar como fundamento a gravidade concreta da conduta e a necessidade de se assegurar a futura aplicação da lei penal a respaldar a preventiva.

Desse modo, a discussão posta acerca do decreto de prisão preventiva da paciente encontra-se superada, pois, configurando a sentença um novo título, necessária a prévia submissão da matéria ao Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

